

# SER E SENTIR-SE BRASILEIRO: O SUJEITO NACIONAL FLAGRADO EM SEU DIZER

Vilma Aparecida Botelho FREITAS (UFU/ESEBA)

**RESUMO:** Ao enunciarmos sobre nossa *brasilidade*, sobre como nos *sentimos brasileiros*, irrompem-se elementos de uma nacionalidade perpassada por identificações constantes e inconscientes. Acreditamos que estamos continuamente revisitando e atualizando nossas identidades. Para refletirmos sobre tais aspectos, desenvolvemos uma pesquisa que visou a analisar as identidades nacionais percebidas em textos produzidos em inglês, em sala de aula. A Análise do Discurso de linha francesa e alguns conceitos advindos da psicanálise lacaniana, como *sujeito*, *Outro*, *identificação*, produzem um deslocamento no objeto a ser analisado. As análises mostraram que as diferentes formas de representar o Brasil revelaram as diferentes singularidades dos brasileiros envolvidos.

**ABSTRACT:** When we talk about our nationality and how we *feel Brazilians*, elements of our constitution burst as a result of a constant and unconscious identification. We believe that we are revisiting and bringing up to date our identities continuously. To reflect on such aspects, we developed a research which aimed at analyzing the national identities in texts produced in English, in a classroom context. The Discourse Analysis and some concepts of the lacanian psychoanalysis, such as *Subject*, *Autre* and *Identification* produce a displacement in the object to be analyzed. The analyses had shown that the different forms to represent Brazil had disclosed the different ways to be and feel Brazilian.

## 1. Introdução

Este artigo apresenta considerações acerca de uma pesquisa que teve como um dos elementos motivadores os conteúdos emergentes em contexto de sala de aula em situações de ensino de língua inglesa. Na medida em que os sujeitos-alunos produziam textos em inglês, enunciando sobre eles próprios e representando o Brasil, faziam referências que resgatavam reminiscências às quais eles próprios não controlavam. Ao entrarem em contato com tais conteúdos que apontavam para seus modos de serem brasileiros, traços constitutivos emergiam como por exemplo os mitos fundadores. Assim, tais enunciados evidenciavam-nos que estávamos experienciando um acontecimento perpassado por devires tantos que instituíam-se um *mais*, indo além da proposta inicial: enunciar em língua inglesa visando a consolidar conteúdos lingüísticos estudados.

Partíamos, inicialmente, da Lingüística Aplicada (LA), campo que de forma acentuada colocava limites teóricos diante do objeto que instigava nossa observação e que seria o *corpus* a ser analisado: os textos produzidos em inglês. Isso porque os dizeres apontavam para uma heterogeneidade discursiva que nos remetia aos diversos sentidos produzidos pelos sujeitos, em um dado momento histórico. Afinal o sujeito fala, mas antes disso ele é falado.

Disso decorre que não mais seria possível construir uma análise pautada na dinâmica postulada pela LA na vertente que trata pontualmente das questões de ensino-aprendizagem. Percebíamos que ao construirmos nosso *corpus*, esses solicitavam cada vez mais outros saberes para a elaboração da análise. Saberes esses que tratariam de contribuir para interpretações que considerassem os dizeres como nada transparentes, mas passíveis do equívoco; e que o sujeito que enunciava trazia em suas enunciações tantos outros traços que não eram apenas mostrados, mas sim constitutivos; refiro-me aqui às *heterogeneidades enunciativas* de Authier-Revuz, da qual trataremos oportunamente.

Com isso, para lidar com o *corpus* e atender a uma demanda de análise sem perder de vista o nosso interesse maior: o de perceber o brasileiro e as representações do Brasil organizamos e selecionamos da seguinte maneira:

## 2. Primeiros passos para organização do *corpus*

Desenvolvemos um projeto de ensino que propiciou uma situação de contato com o estrangeiro. Resumidamente, tal projeto propunha que os alunos elaborassem textos em inglês enunciando sobre eles mesmos e sobre o Brasil para que fossem enviados aos alunos na Eslovênia participantes do mesmo

intercâmbio. Nesse sentido, percebemos que ao estruturarem seus textos os alunos estabeleciam contatos/confrontos com suas maneiras de serem brasileiros e de representarem o Brasil, reforçando, algumas vezes, certos mitos, estereótipos e clichês, outras vezes, excluindo inscrições nacionais que eles próprios julgavam compor o estatuto e as formas de brasilidade.

Os dizeres e as ilustrações formaram o *corpus* a ser analisado. Ressaltamos que as ilustrações, como as fotos, os postais e os recortes de revistas foram itens muito utilizados pelos alunos. Com isso, consideramos que o objetivo dessas gravuras foi também o de produzir sentidos e revelar identificações. Pretendemos analisar, outrossim, o que levou esses alunos a selecionar tais gravuras, partindo do pressuposto de que a linguagem não detém o sentido e que o sujeito, ao escrever, inscreve-se e sente-se representado.

Na materialidade lingüística buscaremos perceber o *não-dito* que atravessa o dizer, a memória discursiva, os lapsos presentes nas enunciações. Assim, a LA, abrindo possibilidades para interlocuções com a Análise do Discurso francesa (AD), e sendo essa última por sua vez atravessada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, subsídios teóricos nos foram possíveis para que nossa argumentação de análise fosse respaldada.

Ao verificarmos os processos identitários, não era nossa proposição chegar a *uma* identidade nacional, mesmo porque acreditamos que isso não seria possível, contando que é inerente aos diferentes sujeitos, os diferentes modos de subjetivação e isso os fazem singularmente constituídos. Assim sendo, julgamos pertinente entabular uma discussão sobre a constituição da identidade nacional partindo da premissa de que a identidade nacional, em princípio, opera trazendo alguns elementos internos de uma nação e que esses elementos seriam referência aos brasileiros uma vez que inscreveram-se no estatuto da diferença em relação ao outro (estrangeiro).

A respeito da noção de identidade, destacamos com Hall (2000), que essas são as posições que o sujeito é chamado a assumir, daí afirmar que falarmos de identidade implica falarmos de sujeito. O termo “identidade” é por ele utilizado para

significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2000b, p. 111-112)

A identidade situa-se como sendo constituída no plano da representação, portanto, no imaginário do sujeito. E, partindo da pressuposição de que a identidade não é fixa nem inata, as *identificações* ganham um estatuto mais preciso, isso ocorre porque o sujeito não cessa de se identificar. Assim, cabe aqui reiterar a afirmação feita por Souza (1994, p. i-ii) de que a identificação é “marca simbólica a partir da qual cada sujeito adquire, não sua unidade, mas sua singularidade”.

O conceito de *identificação* é de grande importância na teoria psicanalítica e,

para Lacan, a identificação designa o nascimento de um lugar novo, a emergência de uma nova instância psíquica. Conforme a natureza desse lugar, podemos distinguir duas categorias de identificação: a primeira está na origem do “sujeito do inconsciente” e nós a chamamos identificação “simbólica”; a segunda está na origem do eu e nós a chamamos identificação “imaginária”. Devemos acrescentar ainda uma terceira categoria mais particular, que não concerne exatamente à produção de uma nova instância, mas à instituição de um complexo psíquico denominado fantasia; esta última modalidade identificatória é por nós qualificada, por conseguinte, de “fantasística” (NASIO, 1998, p. 111).

### 3. Nosso desejo como pesquisadora, a demanda do *corpus* e o percurso teórico

Certamente diversas são as possibilidades de análise em um trabalho de pesquisa. O pesquisador poderá lidar com o *corpus* e conduzir suas análises visando a atender também seus interesses investigativos. Não é pauta, neste texto, darmos aprofundamentos aos nossos próprios. Mas é pertinente que justifiquemos porque recorremos a alguns pressupostos teóricos da AD e da Psicanálise lacaniana.

Inicialmente, parecia-nos que as cenas que se apresentavam em cada aula direcionada à elaboração dos textos estavam marcadas por um contato singular com a língua inglesa e que essa era perpassada por possibilidades de equívocos. Havia, ainda, um *não-dizível* que gerava certa instabilidade lingüística, fazendo

com que o enunciador (o brasileiro) tentasse re-elaborar continuamente para conseguir minimizar esse *real da língua*<sup>1</sup>. Ganhava consistência o desejo de fazer Um com o outro estrangeiro, sem deixar para segundo plano as formas de brasilidades.

Para nós, esse *mais relacional* (com a língua, com o outro, com as subjetividades) fazia emergir algo que despertava nosso interesse de investigação. O *corpus* da pesquisa se constituiu de discursos advindos de entre-lugares, para além do pessoal, do social, do histórico e do ideológico. E esse demandava uma teoria que desse conta da constituição do sujeito e de seus dizeres, em uma instância que pontuasse o desejo do sujeito enunciador, a equivocidade da língua e as singularidades de ser e sentir-se brasileiro. Era o sujeito que excedia à lingüística propriamente dita.

Para efetuarmos os cortes focamos elementos que foram recorrentes nos textos e que ao nosso parecer expressavam um tom de desejo que queria se fazer ouvido e assinalavam traços de material inconsciente marcados por denegações, repetições, recalques e identificações diversas.

Finalmente, as noções de linguagem, de sujeito, de discurso, de identificações pela via da AD e da psicanálise fariam mover nosso objeto de estudo e análise: os dizeres em inglês dos alunos participantes do projeto de ensino.

#### 4. Implicações na interpretação

Para possibilitar a interlocução dos campos solicitados, quais sejam a AD francesa e a Psicanálise, apontaremos alguns elementos teóricos com o intuito de ancorarmos os conceitos advindos desses saberes no interior de nossa interpretação. Faremos o percurso partindo da lingüística pelos estudos de J. Authier-Revuz, os quais abrem possibilidades de interpretação que vão além dos postulados da Lingüística enquanto campo, indo à AD francesa, situando Pêcheux no terceiro momento teórico e, finalmente, aprofundando algumas noções como cisão do sujeito, desejo, inconsciente e identificação pela psicanálise lacaniana.

Partindo da materialidade lingüística – os textos em língua inglesa –, e do contexto instaurado na produção dos mesmos, elegemos algumas questões as quais nos pareciam centrais e concernentes às relações teóricas que acabamos por recorrer. Iniciemos pelos estudos sobre as heterogeneidades enunciativas desenvolvidos pela lingüista J. Authier-Revuz.

Segundo a autora há duas formas de heterogeneidades – a *mostrada* e a *constitutiva*. “As formas de *heterogeneidade mostrada* traduzem a ilusão do sujeito em sua fala” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.36) e, na *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e do discurso, inscrevem-se nos dizeres a exterioridade, a história, o Outro, em um processo de construção do próprio sujeito: “é ao corpo do discurso e à identidade do sujeito que remetem as diversas formas da *heterogeneidade mostrada* em sua relação com a *heterogeneidade constitutiva*” (op.cit. 1990, p. 34). Assim, tais heterogeneidades podem ser observadas não em outro lugar, mas na materialidade lingüística, pois é nela que outros discursos se manifestam e é nela que se inscreve o Outro.

As relações que o sujeito estabelece com a língua e suas escolhas lingüísticas muito têm a revelar. A contingência da palavra que não diz tudo, a convivência com o real da incompletude que atravessa a enunciação e o Um que não se consolida significam trazer a instabilidade, a descontinuidade, a ruptura, o furo na produção do sentido. Por isso, voltaremos nossa atenção para “o acontecimento na estrutura”<sup>2</sup> (LEITE, 1994) da língua. O sujeito, neste sentido, não é tido como *origem* do que diz e que usa a língua apenas como instrumento para sua comunicação, produzindo com efetiva clareza sua intenção em suas enunciações, mas como sendo produzido na e pela linguagem, ou seja, o sujeito é *feito* de linguagem, configura-se de forma multifacetada e tem sua enunciação nada transparente. Sendo esse sujeito dividido e afetado pela linguagem, ele apresenta um discurso permeado por outros discursos e constitui-se na história, articulando passado e presente juntos, ou seja, o passado vai estar presente como efeito de pré-construído, de já-dito. Nas palavras de Foucault (1995, p. 28)

este “já-dito” não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que é senão vazia quanto seu rastro.

<sup>1</sup> Refiro-me ao *real da língua* colocado em questão por Milner em **O amor da língua** (MILNER, 1987).

<sup>2</sup> Refiro-nos aqui à LEITE, N. V. A. **Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

Trazer a AD para esse arcabouço teórico subjaz concordar que “o sujeito e a significação não são nada transparentes” (ORLANDI, 1990, p. 26). Trata-se, assim, de incluir o sujeito e ir além do que a superfície lingüística parece evidenciar, por considerarmos que o sentido não é dado *a priori* e de não termos a garantia de que o interlocutor irá produzir o sentido esperado por aquele que enunciou, mesmo estando em um mesmo espaço discursivo. Neste sentido, trataremos da equívocidade do sentido, do NÃO-UM que insiste em acontecer, da alteridade que o sujeito busca, da incompletude do sujeito, dos outros dizeres que são silenciados, mas, ao mesmo tempo, ditos, bem como da constituição do sujeito e de seu discurso.

É necessário considerar, ainda, as questões diversas que constituem o sujeito do discurso. A materialidade lingüística vai fazer emergir as várias faces das quais o sujeito é formado. O sujeito, à medida que enuncia, perde o controle dos sentidos que produz, porque o outro está também inscrito em determinadas formações discursivas e se constitui de possibilidades outras de identificações.

A teoria do discurso aborda algumas questões da produção do sentido e do sujeito, afirmando que há sempre o atravessamento de outros discursos naquilo que se enuncia, ou seja, com as palavras enunciadas outras tantas são ditas, apesar de não terem sido materializadas. A relação existente entre a linguagem e a exterioridade em que se produz o discurso envolve: o sujeito da linguagem, o receptor, o contexto em que se enuncia e, finalmente o contexto histórico-social. Destacamos que o contexto histórico-social é de natureza ideológica e que essas condições da produção da enunciação são imaginárias, ou seja, envolvem a imagem que o falante tem de si e do interlocutor.

O sujeito enuncia sem se dar conta de toda complexidade que envolve seu dizer. Pêcheux (1990) denomina de *esquecimento 1* a ilusão que o sujeito tem de que é a origem do que está dizendo. Esse autor reconhece, ainda, um outro esquecimento, o *esquecimento 2*, que está relacionado às escolhas lingüísticas que o sujeito faz quando enuncia. À proporção que “escolhe” o que diz, ele apaga as outras formas de dizer a mesma coisa em dada situação. O que subjaz nesse acontecimento é a singularidade do sujeito operando subjetivamente no processo de enunciação. Assim, ao fazermos a análise dos textos produzidos em língua inglesa, buscamos perceber as heterogeneidades que estão além da materialidade lingüística, ou seja, a constituição do sujeito em seu dizer e em seu “não-dizer”. Partindo do discurso é que faremos nossa reflexão acerca da constituição do sujeito, de sua identidade e de suas identificações. O discurso, como acontecimento, propõe dentro e fora juntos, passado atualizado pela memória. Ainda,

abordar a língua pela heterogeneidade, pelo equívoco, como recomendava Pêcheux e como é adotado na prática lacaniana, para capturar as insistências de uma história pessoal. (...) É pela heterogeneidade e pelo equívoco que podemos perceber as palavras sob as palavras. (SETTINERI, 2002, p.361)

A respeito do sujeito, a teoria de Pêcheux, em sua terceira fase, dá maior abertura para que conceitos advindos da Psicanálise sejam incorporados à constituição do sujeito. Teixeira (2000, p. 179) enfatiza que

o autor reconhece que pode existir um outro tipo de saber, “estranho à univocidade lógica” (...), um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos, não é do inconsciente que ele está falando?

Falar de inconsciente é trazer a questão do desejo que, com base no dizer dos sujeitos e com uma escuta atenta, é possível inferir que há um saber desconhecido no *não-dito* e que nesse saber desconhecido pode evidenciar a instância de um desejo.

A “dimensão do desejo não tem outra realidade que não uma realidade psíquica”. Ela “aparece intrinsecamente ligada a uma falta que não pode ser preenchida por objeto real nenhum” (DOR, 1985, p. 141-142). O desejo tem sua origem no inconsciente, e, quando Lacan afirmou que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ele trouxe uma relação interessante entre linguagem/inconsciente em termos de estruturação. A linguagem é estruturada pela relação de vários elementos, e essa estruturação respeita regras internas, que fogem ao controle dos falantes, conforme apresenta Fink (1998, p. 26)

o inconsciente nada mais é do que uma cadeia de “significantes”, tais como palavras, fonemas e letras, que se “desdobra” de acordo com regras muito precisas sobre as quais o eu ou o “self” não tem nenhum controle.

Assim, podemos pensar no inconsciente como estrutura, ou seja, fundamentado na combinação complexa de elementos (acontecimentos, discursos e outros) disponíveis em nosso inconsciente que se organizam e se reorganizam à entrada de cada novo elemento subjetivado. Isto é possível porque “ocorrem os mesmos tipos de relação entre elementos inconscientes que existem entre os elementos constituintes de qualquer linguagem” (FINK, 1998, p. 25).

Por meio da linguagem, chegam-nos também desejos outros. Isso acontece porque numa “estrutura lacaniana não há, a rigor, desejo sem linguagem” (FINK, 1998, p. 26). Nosso inconsciente constitui-se também de desejos de outras pessoas em relação a nós. Como uma expectativa. Essas outras pessoas podem ser nossos pais ou aquelas com quem nos relacionamos e desenvolvemos atividades diversas. Esses desejos são internalizados por nós que, conseqüentemente, “imaginamos ser nossos”. Eles são o *discurso do Outro*, constituindo nosso inconsciente.

Outra questão importante sobre o inconsciente e os processos inconscientes é sua caracterização como *intemporais*, como Freud (*apud* LEITE, 1994, p. 62) postula.

(os processos inconscientes) não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência com o tempo. A referência ao tempo vincula-se mais uma vez ao trabalho do sistema consciente.

A natureza intemporal desses processos pode fazer emergir elementos “arquivados” no inconsciente, quando estamos vivenciando certas situações, uma vez que eles não se perdem, ou mais, não se desfazem. Ainda em Freud (op. cit., p. 63): “Na verdade, é um aspecto saliente dos processos inconscientes o fato de serem indestrutíveis. No inconsciente, nada pode ser interrompido, nada fica para trás ou é esquecido.” Portanto, os processos inconscientes assim delineados reforçam a complexa constituição do sujeito e do desejo, no sentido de trazer a experiência particular articulada aos acontecimentos sociais vividos.

Algumas vezes, escolhemos as palavras que queremos usar, outras vezes, temos a impressão de que elas “surgem” sem que nós as tivéssemos escolhido. Elas, simplesmente, surgem. Isso ocorre porque é nas brechas do discurso que ele deixa suas marcas. Poderíamos afirmar que tais palavras ou expressões advêm de conteúdos inconscientes armazenados, mas que emergem no presente, como um tipo de memória. Afinal, o que faz com que se registrem esses e aqueles dados, dessa ou daquela forma? Isto nos leva a considerar que o sujeito tem seus desejos e sua singularidade como meios de subjetivar elementos que são, por princípio, somente significantes.

Vale destacar que o que ouvimos são significantes, e isto não nos remete a um significado fixo e pré-determinado, mas atribuímos, nós mesmos, sentidos para aquilo que estamos ouvindo e ou vivendo. Assim, o significante é o “representante da representação”, de acordo com Lacan: “représentants de la représentation”.

Estamos, o tempo todo, expostos aos mais variados discursos que nos chegam via linguagem. Como o sujeito é constituído na e pela linguagem, ele estabelece uma relação com a ordem simbólica, quando assimila a linguagem e dela se utiliza para tentar realizar seus desejos. Isso ocorre porque o sujeito “parece poder inscrever-se no registro de uma relação simbólica com o Outro e através do desejo do Outro” (DOR, 1985, p. 144).

Recorrer ao sujeito do desejo e da falta é ainda procurar entender a maneira pela qual os sujeitos desta pesquisa direcionam suas demandas de reconhecimento, de afeto e de aprovação ao outro. Portanto, e seguindo um pensamento lacaniano, nossas demandas resumem-se em uma ou na mesma demanda: a demanda de amor.

## 5. Das análises

### 5.1. Alguns mitos fundadores

Na análise que se segue, procuraremos verificar como o discurso dos mitos fundadores pode ser percebido nos dizeres dos brasileiros participantes da pesquisa e quais os efeitos que tais discursos produzem na articulação do que é particular e do que é coletivo.

De acordo com Backes (2000, p. 134-136), alguns mitos que constituem nossa história são: “o mito do bom selvagem, o mito do paraíso e o mito da democracia social”.

Interessa-nos, neste momento, situar o “mito do bom selvagem”, nesse contexto de análise por duas razões: a primeira, pelo fato de o índio ter sido lembrado em alguns dizeres dos alunos e o segundo motivo é a participação do índio como um dos elementos importantes em nossa fundação e em nossa constituição.

Esse mito traz o índio como sendo bom, no sentido de ser de fácil dominação e, ainda, passivo para aceitar a imposição de outra cultura, de outra língua e de outra crença. Ele não era herói, mas primitivo e ingênuo. Chauí (2000, p. 64) analisa que isso vai ser justificado pelos teólogos da Contra-Reforma da Universidade de Coimbra, que desenvolveram suas teorias, nos séculos XVI e XVII, com base nas idéias do “Direito Natural”:

De acordo com essas teorias, o ordenamento jurídico natural, por ser uma hierarquia de perfeições e poderes desejada por Deus, indica que a Natureza é constituída por seres que naturalmente se subordinam aos outros. (...) os nativos são juridicamente inferiores e devem ser mandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. (...) a vida, o corpo, a liberdade são concebidos como propriedades naturais que pertencem ao sujeito de direito racional e voluntário. (...) considerando-se o estado selvagem (ou de brutos que não exercem razão), os índios não podem ser tidos como sujeitos de direito e, como tais, são escravos naturais.

Os diversos discursos sobre os índios e suas representações atravessam, de alguma forma nossa constituição. De maneira geral, não conhecemos o que a teologia na Contra Reforma postulava, mas é como se soubéssemos, pois a representação da figura do índio, para alguns de nós, remete-nos a colocá-los (os índios) nas bordas, talvez por considerarmos que o “modelo índio” não se enquadra no modelo de modernidade e não atende à demanda globalizante. Assim, é no interior dessa perspectiva que desejamos, (in)conscientemente, apagar a figura/imagem do índio, como aquele primitivo que não se inscreve nos padrões atuais.

Creemos que, de alguma forma, os brasileiros da pesquisa, inseridos nesse processo de construção de imagens no outro (no estrangeiro), retomaram algumas questões da fundação brasileira para desfazer um mito que julgaram existir e que, certamente, os constitui, como podemos perceber nos excertos abaixo:

(01) “I’m Brazilian, I’m not indian.”

A forma como o índio foi mencionado, no excerto (01) “I’m Brazilian, I’m not indian.”, é significativa. Vale observar, ainda, que, na estruturação da frase, esse elemento (o índio) vem acompanhado por uma negação: *I am not*. Parece-nos que esse aluno considera que o estrangeiro acredita que o povo brasileiro ainda seja visto, hoje, da mesma forma como já foi um dia, pelos povos colonizadores: como um povo selvagem. Por isso, ele não quer estar inscrito no mesmo estatuto que já representou o índio. Vemos, aqui, o expurgo de um outro que também o constitui. Poderíamos até mesmo dizer que negar o índio seria uma tentativa de preservar uma subjetividade construída a partir de modelos atualizados pela memória discursiva.

Vejamos os excertos

(02) “Brazil is very beautiful. It's not only forest...”

(03) “Brazil has rainforest, the brazilian rainforest is the 'lung' of the world.”

(04) “Brazil has got beaches, but our country isn't only beach, it has many beautiful places everywhere.”

Consideramos ser oportuno indagar em qual concepção de beleza o excerto (02) “Brazil is very beautiful. It's not only forest...” inscreve o Brasil. Seria a *floresta* um elemento que não pertence a determinado padrão de beleza? Qual seria esse padrão? Como estariam ligados: a *floresta* (02), o *índio* (01) e a *praia* (04), acompanhados das negações *is not* e *am not*?

Neste ponto, poderíamos buscar a noção de denegação<sup>3</sup> desenvolvida por Freud (1925), quando apresenta o desejo de transformar a presença do recalçado afirmando que

o conteúdo de uma imagem ou idéia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja *negado*. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do processo afetivo. Com o auxílio da repressão apenas uma consequência do

<sup>3</sup> Negação ou (de)negação: “Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalçado, continua a defender-se dele negando que lhe pertença.” (LAPLANCHE J. & PONTALIS J. B., 1988, p. 373).

processo da repressão é desfeita, ou seja, o fato de o conteúdo ideativo daquilo que está reprimido não atingir a consciência. O resultado disso é uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, ao passo que simultaneamente persiste o que é essencial à repressão... De vez que afirmar ou negar o conteúdo de pensamentos é tarefa da função do julgamento intelectual, o que estivemos dizendo nos levou à origem psicológica dessa função. Negar algo em um julgamento é, no fundo, dizer: “Isto é algo que eu preferia reprimir.” (FREUD, 1898, p.141, v.XIX)

Nesse sentido, o recalcado é a própria inscrição da fundação do país e do povo, como constituinte na formação do sujeito e que insiste em aparecer sob a forma de uma estrutura linguística de negação, dito de outra forma, em uma presença negada.

Por seu lado, fica sugerido que ser brasileiro implica não ser índio (ou o contrário). Porque ser índio requer voltar às origens fundacionais que estão presentes como mitos, que bem sabemos, inscrevem-se como passado, mas não cessam de aparecer. Não diferentemente, está a floresta, sugerindo não-modernidade, não-movimento tecnológico e não-inserção no estatuto de atualização global. O que nos apresenta é a idéia de modificação do *eu* pelos fatores exteriores em relação ao narcisismo. Por isso, haver sempre uma compensação, ou ainda, uma justificativa para nossas questões naturais: temos florestas e somos o pulmão do mundo (excerto 03: “Brazil has rainforest, the brazilian rainforest is the 'lung' of the world.”).

Esses alunos brasileiros, ao enunciarem, deixam transparecer que, em seu imaginário, está configurado que o estrangeiro considera que somos *índios* (01) e que, no Brasil, só há *florestas* (02) ou *praias* (04). Este efeito remete-nos ao que Foucault (1995) apresenta: um sujeito é dividido e afetado pela linguagem, com isso, esse sujeito terá um discurso permeado por outros discursos que se constituíram ao longo da história (particular e coletiva). Então, no momento em que se articula passado e presente, ou seja, presentificando o passado como efeito, como pré-construído e como já-dito, é que os mitos e os discursos fundadores se inscreveram como interdiscurso. Assim, o passado está bem aqui no presente, sob forma de efeito, constituindo-nos e fazendo com que nossos modos de subjetivação ocorram de maneira singular, nos diversos contatos/confrontos.

Então, passaremos a analisar o que pode trazer esse pré-construído. Inicialmente, poderíamos afirmar que os efeitos advindos do que foi vivido no período colonial e, posteriormente, na ditadura militar, ao longo de nossa história, contribuíram para a construção das subjetividades dos brasileiros. Daí, afirmar que as “heranças identificatórias não são conscientes. Não é preciso conhecer a história de um país, de uma filiação, para sofrer seus efeitos”, como nos lembra Pereira (1999, p. 169). Inevitavelmente, afeta-nos termos sido colonizados.

O aluno deixa flagrar suas identificações quando fala que é do Brasil, porque traz consigo uma inscrição, um modo de ser brasileiro, mas quer controlar o sentido desta inscrição. Para isso, esse aluno usa estratégias linguísticas, que o fazem negar (02) “Brazil is very beautiful. It's **not** only forest...”, (01) “I'm Brazilian, I'm **not** indian.”; justificar (03) “Brazil has rainforest, the brazilian rainforest is the ‘lung’ of the world.”; e engrandecer nosso país (04) “Brazil has got beaches, but our country isn't only beach, it has many beautiful places everywhere.”. Enfim, ele se remete às possibilidades outras de constituir-se. Entretanto, o que está subjacente em seu dizer é o desejo que o perpassa e que o faz projetar-se em identificações outras.

Parece-nos que os alunos têm um desejo a ser realizado: desconstruir uma imagem, que acreditam existir e que perpassa o outro como forma de concepção do Brasil e do brasileiro. Isso ocorre no nível imaginário, visto que, na verdade, o outro (o estrangeiro) pouco sabe a nosso respeito.

No entanto, para além dos efeitos de nossa fundação, o que conta é que nossa história coletiva está fortemente inscrita em nós. Nem por isso deixamos de ser únicos em nós mesmos. Se não há uma Umtegraçã<sup>4</sup>, em nosso país, que é de proporções continentais, esta é uma forma outra de nos constituirmos.

Denegar as *florestas* (02) e os *índios* (01) inscreve, inconscientemente, a presença do Outro. Esse Outro situa-se em um outro lugar, constitui o sujeito como demandante e está presente na linguagem. O sujeito faz suas escolhas tendo à frente esse Outro, que é inconsciente, mas que opera fazendo com que o sujeito fale e que sua fala esteja perpassada pelo Outro como linguagem, pelo Outro social e pelo discurso do Outro.

---

<sup>4</sup> Este é um neologismo que foi criado por Calligaris (1996, p. 14), quando apresenta a dificuldade do brasileiro de fazer o UM com o significante nacional.

A presença do Outro pode ser percebida de várias formas: por intermédio dos outros (nossos semelhantes), por exemplo. No caso desta pesquisa, o estrangeiro (que é o europeu do intercâmbio) poderá assumir o papel desse Outro. Assim, os dizeres dos brasileiros foram elaborados pela dimensão que o imaginário dos alunos brasileiros lhes impõe. Imaginário esse que se constrói das nossas crenças em relação a esse estrangeiro e tudo que ele representa para esses alunos, em particular. Uma vez o sujeito sendo capturado pelo discurso da colonização brasileira, da globalização e por outros discursos, sentimentos de várias ordens emergem e materializam-se em seus dizeres.

Como conclusão desta etapa de análise, ficou-nos fortemente evidenciado que o Outro ocupa um papel de demandante na relação que se estabeleceu entre o brasileiro e o estrangeiro. Essa demanda vai estar presente apenas no imaginário do sujeito-aluno, interferindo na maneira como este irá compor o seu dizer. O que nossos brasileiros não consideraram foi que o outro estrangeiro pode não ter sido, em algum momento, capturado pelas representações e estereótipos do Brasil e seu povo.

O que se cria, nesse sentido, é uma outra forma de demanda: uma demanda particular (uma demanda do próprio brasileiro). Disso emerge um *já-mais-dito*, um discurso outro que vai estar presente em forma de *já-dito* nas enunciações. Isso fará com que os brasileiros, ao enunciarem, neguem uma série de questões sobre nossa constituição que supõem constituir o saber do outro. Entretanto, não parece que o brasileiro se deu conta da possibilidade de o estrangeiro nada saber sobre nosso país.

Visto por esse ângulo, o sujeito-aluno busca criar uma imagem positiva do país por meio daquilo que acredita ter de melhor. Analisaremos como a construção de nossa imagem entra nesse contexto.

## 5.2. Imagem e narcisismo

Quando os alunos enunciaram sobre algumas questões brasileiras, as quais acreditavam ter especial destaque perante outros países, trataram de representar nosso país ao estrangeiro. Com isso, buscamos verificar qual poderia ser a imagem que estes alunos possivelmente teriam do próprio país e o que tal representação promovia nesses enunciadore.

Inicialmente, faremos algumas considerações sobre a origem das palavras imagem e representação. Segundo Tisseron (1997 *apud* BACKES, 2000, p. 70), a palavra “imagem” deriva de *imago* que, para os romanos, era “a moldagem de cera do rosto do morto usada nos funerais”, com isso, tinha a capacidade de representar. O termo “representar”, por sua vez, produz outros sentidos. Podendo “substituir um presente a um ausente (...) ou exibir, mostrar, insistir, apresentar, em uma palavra, uma presença”. O conceito que nos interessa, aqui, é particularmente aquele que, por meio da representação, irá construir uma imagem e, daí, uma identidade.

Dito isso, perguntamos: que imagem nós, como brasileiros, temos do Brasil e do brasileiro? Para esta pergunta, temos respostas que vão nos remeter a certos conteúdos de imagens que resgatam, fatalmente, as praias, o futebol, o povo amigo... Enfim, tais imagens, interagindo com nossa subjetividade, podem tecer impressões no outro. Estas impressões podem remontar identidades. Com isso, os sujeitos, percebendo a possibilidade desse engendramento imagem/identidade, elegeram elementos que alimentariam, mesmo que imaginariamente, seu lado narcísico, numa correspondência de valores: a imagem construída para atender a uma demanda própria.

Nessa medida, os sujeitos desta pesquisa trouxeram algumas informações sobre o Brasil e o povo brasileiro de modo muito especial. Vejamos o que mostram os excertos:

- (05) “Brasil is the biggest country in South America.”
- (06) “We have the longest river in the world: the Amazon River.”
- (07) “We have the biggest forest in the world: the Amazon forest.”
- (08) “I think one of the most beautiful cities of the world is from Brazil.(...) I think Rio de Janeiro is the most beautiful city in Brazil.”
- (09) “The best model of the world is Brazilian: Gisele Bundchen.”
- (10) “The best tennis player of world is Brazilian: Guga.”
- (11) “We have a great football. This year (2002) the Brazilian team won the World Cup, now we have five cups, and we are the only country that has this title.”
- (12) “Brazil won five World Cups. It's the best team of the world.”
- (13) “We have the largest football stadium of the world.”

A presença do grau comparativo de superioridade insere o gozo de ser *o mais*. É como se houvesse o desejo de pertencer aos *top ten*, saindo, assim, da condição histórica de terceiro mundo e de país colonizado. Nesse sentido, a proposição não é outra, senão a de mostrar ao outro o que existe de valor significativo em relação ao mundo (05) *the biggest country*; (06) *the longest river*; (07) *the biggest forest*; (08) *the most beautiful cities of the world*; (09) *the best model*; (10) *the best tennis player*; (12) *the best team* e (13) *the largest football stadium*.

Assim sendo, os adjetivos *big*, *long*, *beautiful*, *good* e *large*, no grau comparativo de superioridade, podem revelar, ainda que imaginariamente, a supremacia, pelo menos nos campos acima referidos pelos excertos, do Brasil em relação aos demais países do mundo. E isso se reflete diretamente na construção de uma imagem do país e, conseqüentemente, do brasileiro.

Vaidade? Narcisismo? Pode ser. Entretanto, sem pretender desenvolver uma discussão mais aprofundada sobre a questão do narcisismo, procuraremos fazer, aqui, uma investigação sobre este tema, mais especificamente, sobre as relações narcísicas, articulando-as com as imagens e as representações do Brasil, apresentadas pelos alunos.

Inicialmente, veremos como este termo surgiu. O nome *narcisismo* foi inspirado na mitologia grega, a partir do mito de Narciso. Mrech (1999, p. 22) nos reconta este mito:

Narciso era o grande amor da ninfa Eco. Mas ela não conseguia se aproximar do amado, porque cada vez que tentava chegar perto dele, repetia apenas o eco das suas palavras. Ou seja, Eco não pensava sozinha, pensava com o pensamento de outro. Apenas um milagre poderia ajudá-la. O que fez com que ela acabasse solicitando a Eros, o Deus do Amor, que colocasse um encantamento em Narciso, para que ele pudesse, finalmente, se apaixonar por ela. Zeus compadecido dos sofrimentos de Eco, atende à sua solicitação e lança um encantamento onde Narciso deveria se apaixonar pela primeira pessoa que visse. Acontece que, por azar de Eco, a primeira pessoa que ele acaba vendo, é a própria imagem refletida em lago. O que leva Narciso a tentar se unir à figura amada, fazendo com que ele se afogue ao tentar capturar a própria imagem.

Nossa escolha em tratar desta questão, neste trabalho, deu-se por entendermos que os alunos ao representarem o Brasil como sendo superior, nos campos por eles mencionados, pretendiam fazer desta superioridade a sua própria imagem, ou ainda, incluírem-se nessa representação.

Importante lembrar que, ao investir naquilo que lhes dá um sentimento de exaltação íntima, não excluem o olhar do outro, porque é em relação ao outro que certa imagem a nosso respeito é construída. O narcisismo, aqui, não é levado às últimas conseqüências, como aquele que seria uma fixação ou uma perturbação, ou “como aquele que se preocupa mais ‘com o que representa do que com o que sente’”. Pois, nesse sentido, os narcisistas “são egoístas, centrados nos seus próprios interesses (...) e vivem da aparência e da imagem que constroem em relação ao seu próprio ‘self’” (VASCONCELO, 2002, p. 170). Consideraremos o narcisismo como a vaidade de se reconhecer parte de um todo que retorna ao enunciador como satisfação egóica.

Observamos que, com exceção do excerto (05) “Brasil is **the biggest** country in South America”, todos os outros excertos trazem o mundo (*world*) como segundo elemento das comparações. Ou seja, o referencial comparativo é o mundo todo. O que vem a ressaltar o orgulho de ser de um país com tais destaques.

Alguns dos elementos apresentados, como: (08) *the most beautiful cities of the world*; (09) *the best model*; (10) *the best tennis player*; (12) *the best team* e (13) *the largest football stadium* poderiam ser tomadas como narrativas ficcionais, construídas pelos próprios brasileiros, por meio de seu olhar, porque esse sujeito traz à frente o forte desejo de não arranhar seu sentimento narcísico.

Esses alunos são tomados pelo que lhes permitem ufanar de seu país e constituir-se, gerando, possivelmente, uma identificação com os elementos que ocupam destaque em relação ao outro. Com isso, eles atualizam questões de nossa fundação, das quais, bem sabemos, não estamos livres porque nos constituem. Isso pode ser observado nos elementos mostrados: *river* (06), *forest* (07), *tennis player* (10), *football team* (12), *football stadium* (13).

O que resulta disso é a importância que foi dada às novas páginas da nossa história que foram escritas e que deram possibilidades outras de diferentes formações de brasilidades. Essas páginas atualizam o Brasil e o colocam como aquele que produz conhecimento e que procura estar no ritmo que os tempos demandam.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar é que as imagens criam uma presença de um objeto que está ausente quando o representam ou o descrevem, e nesse caso o objeto é o Brasil, como foi dito

anteriormente. Nessa perspectiva, foi interessante observar que as representações que constituíram os trabalhos dos alunos não pretenderam seguir certos paradigmas de ordem global, mas trataram de inscrever a originalidade, isto é, a singularidade do nosso país.

É interessante observar, ainda, que foi somente no momento em que esses brasileiros falaram dos destaques do país, usaram o pronome pessoal na primeira pessoa do plural: *we*. Poderiam ter usado construções do tipo: *Brasil is*, ou ainda, *There is/are... in Brasil*, ou outra construção qualquer. Parece-nos que eles gostariam de se incluir no encantamento de ser um dos melhores e permitir que este sentimento de exaltação construa suas subjetividades.

Para concluir, acrescentamos que esses alunos parecem apresentar, na verdade, uma forma de compensar os efeitos por nós vividos, decorrentes das questões, às quais nossa história fund(n)acional, social e, porque não dizer, nossa história particular, nos impõem. Isto faz com que recorramos àquilo que nos dá perante o outro, minimamente, certo grau de reconhecimento e que desperta em nós um sentimento de supremacia fortalecendo nosso ego.

## 6. Algumas conclusões

Tratamos acima de alguns aspectos relevantes na constituição do sujeito nacional e no seu modo de sentir-se brasileiro: alguns mitos e algumas questões narcísicas. Esses apontamentos só nos foram possíveis pelo modo como selecionamos e organizamos o *corpus* a ser analisado. O aporte teórico ampliou-nos a escuta e o aprofundamento das questões sobre a constituição do sujeito permitindo que as análises tomassem caminhos que excediam à materialidade lingüística.

Com relação à formação do brasileiro e a representação do Brasil, foi-nos possível perceber aquilo que retorna sempre: como a natureza, para enunciar sobre o Brasil, como forma (imaginária) de fortalecimento do ego. Não pretendíamos apenas mapear singularidades, mas extrair o que se produz a partir das identificações com os conteúdos diversos e retomar como o inconsciente aproveita das brechas no discurso para “registrar sua presença”.

Analisamos, ainda, que o endereçamento dos dizeres era marcado por uma demanda de reconhecimento, de desejo de atualização do Brasil e do brasileiro, no contexto exterior (no outro país em questão – a Eslovênia). Essas marcas não eram tranqüilas, mas eram o resultado de uma tensão entre o desejo de pertencimento e da realidade observável e vivida, certamente, com todos os riscos dos enunciados tornarem-se outros, justamente pela equívocidade da língua e pelo contato frágil com a língua outra – o inglês, uma língua estrangeira.

Finalizando e retomando as considerações sobre os traços constitutivos das brasilidades diversas que pudemos perceber, no decorrer das análises, está presente nos dizeres um certo ufanismo do Brasil ao representá-lo, e acima das questões nacionais, estão as questões particulares.

Outro aspecto que nos foi acentuadamente marcado foi a necessidade de se criar momentos para nossos alunos entrarem em contato com suas questões internas, com suas subjetividades, pois, dessa feita abrimos possibilidades para percebermos como tem sido as experiências de aprender e que sentidos têm sido produzidos nos diversos contatos/confrontos.

## 7. Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In *Cadernos de estudos lingüísticos*. jul/dez. Campinas: UNICAMP. 1990. p. 25-42.

BACKES, C. O fascínio da brasilidade. In SOUSA, Edson Luiz André (org). *Psicanálise e Colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 49-63.

\_\_\_\_\_. *O que é ser brasileiro?* São Paulo: Escuta, 2000. 162p.

CALLIGARIS, C. *Hello Brazil! Notas de um psicanalista europeu viajando pelo Brasil*. 4.ed. São Paulo: Escuta, 1996. 173p.

CHAUI, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. v.1. 390p.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 203p.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1998. 253p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1971. 79p. Título original: L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Basta Neves. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Título original: L'archéologie du savoir. 240p.

FREUD, S. *A negativa*. (texto de 1925). In: *Obras Completas*. Versão digital. v. XIX.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p 103-133.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 707 p.

LEITE, N. V. A. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994. 203p.

MILNER, J.C. *O amor da língua*. Tradução de Ângela C. Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1987. 82p. Título original: L'Amour de la Langue.

MRECH, L. M. *Psicanálise e educação: novos operadores de leitura*. São Paulo: Pioneira, 1999. 144p.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Cortez, 1990. 259p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 153-246

TEIXEIRA, M. *Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 210 p.

SETTINERI, F.F. Quando falar é tratar: o funcionamento da linguagem na interpretação psicanalítica. In *Aventuras do sentido: Psicanálise e Lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 247-364

SOUZA, O. *Fantasia de Brasil*. São Paulo: Escuta, 1994. 211p.

VASCONCELO, R. O narcisismo e a violência na atualidade. In BURITY J. A. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: D P & A, 2002. p. 161-187.